

Área: Sustentabilidade | Tema: Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental

OUTRAS RACIONALIDADES NO MEIO RURAL: racionalidade limitada mediante a complexidade dos mercados

OTHER RATIONALITIES IN RURAL AREAS: bounded rationality by the complexity of the markets

Gabriel Barcellos Disconzi e Olinda Barcellos

RESUMO

Este artigo tem como objetivo verificar se existem outras racionalidades no meio rural senão a racional econômica. O núcleo da análise versa que o comportamento humano é imprevisível, molda e é moldado pelos instintos, pelos hábitos, pelo oportunismo, pela racionalidade limitada, sujeito a um conjunto de normas e regras. O comportamento humano não é “dado”, não tende ao equilíbrio e ao ponto ótimo. Considerando que o objetivo final do desenvolvimento rural é proporcional bem-estar aos seus atores, qualquer política pública adotada para esse fim deve considerar que atores do meio rural possuem outras racionalidades que são diferentes da esfera econômica, competitiva. Valores éticos de convivência e de sustentabilidade são exemplos de outras racionalidades presentes no meio rural. Os novos mercados precisam ser institucionalizados.

Palavras-Chave: Racionalidades. Comportamento humano. Institucionalismo. Mercados

ABSTRACT

This article aims to verify whether there are other rationales in rural areas but the economic rationale. The core of the analysis versa that human behavior is unpredictable shapes and is shaped by instincts, habits, opportunistic, bounded rationality, subject a set of rules and regulations. Human behavior in not “give”, does not tend towards equilibrium and the optimal point. Whereas the ultimate goal of rural development is proportional to their well- being actors, any public policy adopted for this purpose should consider that rural actors have other rationales that are different from the economic sphere, competitive. Ethical values of coexistence and sustainability are other examples of these rationales in rural areas. New markets need to be institutionalized.

Keywords: Rationalities. Human behavior. Institution. Markets.

EIXO TEMÁTICO: Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental

OUTRAS RACIONALIDADES NO MEIO RURAL: racionalidade limitada mediante a complexidade dos mercados

OTHER RATIONALITIES IN RURAL AREAS: bounded rationality by the complexity of the markets

Gabriel Barcellos Disconzi¹
Olinda Barcellos²

“A possibilidade de um povo sobreviver ao período dessas mudanças forçadas deverá ser atribuída ao acaso, em que a compreensão humana desempenhe um papel secundário e a previsão humana não desempenhe papel algum”. Thorstein B. Veblen (1857-1929)

RESUMO

Este artigo tem como objetivo verificar se existem outras racionalidades no meio rural senão a racional econômica. O núcleo da análise versa que o comportamento humano é imprevisível, molda e é moldado pelos instintos, pelos hábitos, pelo oportunismo, pela racionalidade limitada, sujeito a um conjunto de normas e regras. O comportamento humano não é “dado”, não tende ao equilíbrio e ao ponto ótimo. Considerando que o objetivo final do desenvolvimento rural é proporcional bem-estar aos seus atores, qualquer política pública adotada para esse fim deve considerar que atores do meio rural possuem outras racionalidades que são diferentes da esfera econômica, competitiva. Valores éticos de convivência e de sustentabilidade são exemplos de outras racionalidades presentes no meio rural. Os novos mercados precisam ser institucionalizados.

Palavras-chave: Racionalidades. Comportamento humano. Institucionalismo. Mercados

SUMMARY

This article aims to verify whether there are other rationales in rural areas but the economic rationale. The core of the analysis versa that human behavior is unpredictable shapes and is shaped by instincts, habits, opportunistic, bounded rationality, subject a set of rules and regulations. Human behavior in not “give”, does not tend towards equilibrium and the optimal point. Whereas the ultimate goal of rural development is proportional to their well-being actors, any public policy adopted for this purpose should consider that rural actors have other rationales that are different from the economic sphere, competitive. Ethical values of coexistence and sustainability are other examples of these rationales in rural areas. New markets need to be institutionalized.

Words-key: Rationalities. Human behavior. Institution. Markets.

INTRODUÇÃO

Este artigo trata sobre a presença de outras racionalidades no meio rural. O comportamento humano é analisado sob diferentes abordagens na análise socioeconômica. A teoria neoclássica, de ordem utilitarista, pressupõe que o indivíduo possui racionalidade ilimitada, vive numa eterna busca por resultados positivos economicamente e apresenta um comportamento previsto. A teoria institucionalista defende que o comportamento humano é motivado por racionalidade limitada, não é previsível, influencia a formação das instituições e

¹ Bacharel em Direito pela FADISMA, Especialista em Direito de Família e Mediação de Conflitos pela FAPAS Cursando o Curso de Formação de Professores para Educação Profissional pela UFSM. E-mail: g.disconzi@hotmail.com

² Professora Dra. da FADISMA e FAPAS . - E-mail: barcellos.olinda@gmail.com

é influenciado pelas mesmas. Para os teóricos da abordagem institucionalista, os instintos, os hábitos, as leis, a experiência passada importam.

A trajetória dos movimentos sociais no Brasil é um exemplo do quanto o comportamento do ator rural é imprevisível e mutante. O hibridismo das ações sociais no meio rural reflete uma característica do comportamento humano mutável segundo a abordagem institucionalista. Os atores do meio rural possuem outras racionalidades que são diferentes da esfera econômica, competitiva. Valores éticos de convivência e de sustentabilidade são exemplos de outras racionalidades presentes no meio rural, as quais não podem passar despercebidas pelos formuladores e operadores de políticas públicas.

O presente artigo tem por objetivo verificar se existem outras racionalidades no meio rural senão a racional econômica. Para tanto, o artigo está desenvolvido na seguinte ordem a partir desta introdução: no primeiro tópico descreve, em breves escritas, o comportamento dos atores nos mercados sob duas perspectivas: primeiramente, sob a ótica utilitarista de racionalidade plena, após sob a ótica institucionalista de racionalidade limitada; no segundo tópico é feita uma discussão sobre o ambiente institucional rural, sobre outras racionalidades presentes no atores do meio rural que devem ser consideradas no processo de desenvolvimento rural e formação de novos mercados; e na sequência um relato dos principais entendimentos sobre o tema ora desenvolvido.

1. COMPORTAMENTO DOS ATORES NOS MERCADOS: RACIONALIDADE PLENA OU LIMITADA?

A escrita de Veblen, citada acima, apresenta o pano de fundo da discussão desta seção, ou seja, mostrar a racionalidade dos atores nas relações de troca sob dois enfoques: pela abordagem neoclássica, onde prevê que o indivíduo atua no sentido de maximizar seus resultados, e também pela perspectiva institucionalista, que visualiza o comportamento dos atores sociais³ a partir de uma racionalidade limitada. Enquanto a teoria neoclássica defende o comportamento dos atores de forma previsível, “dado”, sempre em busca do equilíbrio maximizador e do ponto ótimo; a teoria institucionalista, em suas diversas abordagens⁴ defende um comportamento humano mutante, imprevisível e influenciável.

Em se tratando de racionalidade, a primeira consideração a fazer é que a racionalidade pressupõe uma ação racional, sendo esta o modo de proceder movido pela razão. Quando o comportamento humano é movido pela razão, pressupõe-se certo individualismo, certa dose de egoísmo, certa autonomia; ainda, uma ação previamente planejada. No entanto, será que nas trocas os indivíduos se relacionam sempre movidos pela razão? Ou também são movidos ou por outros valores que não os de ordem estritamente econômica em suas relações de troca?

A próxima seção apresenta algumas considerações a respeito da visão neoclássica de racionalidade; ou seja, a racionalidade econômica, previsível e produtivista no mercado.

1.1 Visão neoclássica: a racionalidade plena nos mercados

³ Nas palavras de Gehlen (2009, p. 29), atores sociais são aqueles que “manifestam interesses sociais, econômicos, políticos, culturais, além de outros, de forma articulada, via de regra expressos por meio de formas perceptíveis, legítimas e geralmente regidas por legislação, normas, estatutos ou regimentos”. Para o sociólogo francês Alain Touraine (1994, p. 220-221), ator é “aquele que modifica o meio ambiente material e sobretudo social no qual está colocado, modificando a divisão do trabalho, as formas de decisão, as relações de dominação ou as orientações culturais”. Neste trabalho a definição de atores sociais está relacionada a população do meio rural, sem distinção de tipos de atores. Preferiu-se utilizar somente o termo ator.

⁴ A teoria institucionalista é composta por várias abordagens, desde o pensamento dos chamados “Tradicionais” ou “velhos”, como Thorsten B. Veblen, John Commons e Wesley Mitchell; os representantes da Nova Economia Institucional (NEI) como Oliver Williamson, Ronald Coase e Douglass North; e ainda a corrente de pensamento neo-institucionalista representada por Galbraith, Hodgson, Stanfield, Atking, Dugger, Samuels e outros.

Interessante iniciar essa abordagem pelo raciocínio de Thomas Hobbes a respeito da natureza humana escrito na obra *Leviatã*, publicado em 1651, onde expõe que todos os motivos humanos advêm de um desejo egoísta e que são disfarçados pelo auto-interesse egoísta e individualista.

A natureza dos homens é tal que, embora sejam capazes de reconhecer em muitos outros maior inteligência, maior eloquência ou maior saber, dificilmente acreditam que haja muitos tão sábios como eles próprios. Pois vêem sua própria sabedoria bem de perto e a dos outros homens à distância. Isso prova que os homens são iguais quanto a esse ponto e não que sejam desiguais (HOBBS, 2006, p. 96).

A corrente de pensamento filosófico Utilitarismo foi desenvolvida por Jeremy Bentham (1748-1832), economista, filósofo e jurista, que defendeu a tese que toda a felicidade está na obtenção do útil; que o comportamento humano é motivado pelo desejo de maximizar a utilidade⁵. O Utilitarismo é uma doutrina a favor da liberdade de iniciativa econômica do indivíduo⁶.

Segundo a teoria neoclássica da utilidade, o comportamento humano possui caráter individualista, egoísta, competitivo e tem racionalismo calculista. Na tradição utilitarista, de acordo com Hunt, todo o comportamento se reduz a tentativas racionais de maximizar o lucro ou a utilidade, onde o bem se identifica com o útil.

O comportamento humano nunca era explicado como meramente habitual, caprichoso, acidental, supersticioso, religioso, altruísta ou, simplesmente emocional e não-emocional. Todos os atos humanos passam a ser vistos como consequências de decisões calculadas, racionais, nas quais o indivíduo age de modo muito parecido com um contador, ponderando todos os lucros (prazeres) a serem obtidos com determinado ato, deduzindo todos os custos (dor) a serem causados por este ato, e depois escolhendo racionalmente o ato que maximizasse o excesso de prazer sobre a dor (1981, p. 146 e 147).

Mesmo em uma sociedade capitalista, onde as relações econômicas estão fundamentadas no lucro e, principalmente, no princípio da propriedade privada, os indivíduos não se comportam de modo a sempre maximizar os resultados. Os trabalhadores, em geral, não estão permanentemente calculando seus resultados em relações de consumo, não estão a todo o momento em busca de um máximo de prazer. Os vendedores, de forma ampla, não se comportam o tempo todo de forma racional econômica, visando apenas os lucros em suas transações. Para Hunt, os indivíduos com comportamento mais próximo ao defendido pela teoria neoclássica, ou seja, que comprem por certa quantia e vendem por uma quantia mais elevada, sempre em busca de maximização dos resultados, são: “os donos de uma grande carteira de investimentos, que não trabalham” (1981, p. 313).

Então, o que significa racionalidade plena à escola neoclássica? E qual o reflexo na constituição dos mercados? Na metade do século XVII, Adam Smith escreveu sobre a “mão invisível” que conduzia o mercado, uma espécie de inveja boa individual que conduz à harmonia geral; ainda, sobre as virtudes do interesse individual, que se transforma no grande impulso ao desenvolvimento das economias de mercado. Segundo o pensamento de Adam Smith, o comportamento humano está alicerçado no esforço que cada indivíduo realiza, constantemente, em busca de melhores condições de vida; ou seja, o comportamento humano é motivado por ação racional.

⁵ Na visão economicista, utilidade é uma qualidade que torna uma mercadoria desejada.

⁶ Hunt (1981, p. 148) destaca que Bentham sugeriu um método de quantificar o prazer. Para um determinado número de pessoas que servem de base para a determinação do valor de um prazer ou de uma dor, o prazer ou a dor será maior ou menor de acordo com sete circunstâncias, a saber: sua intensidade; sua duração; sua certeza ou incerteza; sua proximidade ou afastamento; sua fecundidade; sua pureza; e sua extensão.

A partir dos preceitos econômicos desenvolvidos pela escola clássica, outros conceitos foram sendo apresentados no decorrer dos anos. Os teóricos da escola neoclássica utilitarista, também chamada de escola marginalista, e da escola monetarista, desenvolveram diversas abordagens a respeito do comportamento humano, a exemplo da relação entre bem-estar e utilidade e a formação de expectativas racionais sobre as relações econômicas.

No entanto, apesar das diferentes abordagens sobre o comportamento humano, o pressuposto básico da atuação do indivíduo é que este possui racionalidade plena; ou seja, procura sempre maximizar os resultados nas relações de troca, está sempre em busca do equilíbrio nas transações econômicas, tem acesso a informações, é movido pelo interesse individualista, egoísta; enfim, possui uma racionalidade econômica plena.

E quanto as relações de trocas entre os indivíduos? Ou melhor, qual o conceito de mercado? Tal termo possui amplo significados tamanho é sua complexidade. Mercado, em sentido genérico, refere-se ao local onde são feitas as trocas; onde os produtores se encontram e ofertam suas produções a consumidores. Com o advento de novas tecnologias, não existe necessidade de um local para serem realizadas as trocas, nem o contato direto, mas necessita-se de informações sobre preços e as possibilidades de entrega, a fim das trocas a serem efetuadas.

Mercado é uma unidade econômica que, em constante movimento de demanda e oferta, contribui para formação dos preços. Mercados de demanda e oferta são extremamente complexos. Para escola neoclássica, as forças da demanda e da oferta, conduzidas pela racionalidade plena, se ajustam em busca do equilíbrio nas relações de troca. A produção nesse mercado é em larga escala, a fim de reduzir os custos. Empresas que produzem com economias de escala atuam no mercado do consumo em massa, capaz de absorver a produção em sua totalidade⁷.

E o ator do meio rural, também apresenta uma racionalidade econômica plena? Ou nem todos os atores do meio rural possuem um modo de proceder suas trocas assentado na racionalidade econômica? A seguir será apresentada uma breve exposição sobre o comportamento humano nas relações de troca frente a uma racionalidade limitada.

1.2 Visão institucionalista: racionalidade limitada nos mercados

Considerando que a Economia é a ciência da escolha, será que os atores ao fazerem suas escolhas em decisões econômicas atuam com racionalidade ilimitada, com pleno conhecimento e desejando maximizar os resultados? Ou atuam também com racionalidade limitada, movidos por outros valores que não os econômicos?

Herbert Simon foi o economista pioneiro no estudo e defesa de um comportamento humano movido por uma racionalidade limitada. O conceito de Simon sobre racionalidade limitada tem fundamento em sua crítica sobre a racionalidade plena. Muitos estudos de Simon foram direcionados a questão da tomada de decisão em processos administrativos.

Segundo Conceição (2002 - A, p. 142 e 143), o conceito desenvolvido por Simon está relacionado com a questão de existência de limites da capacidade humana.

Racionalidade limitada é um princípio definido por Herbert Simon, a partir do reconhecimento do limite da capacidade da mente humana em lidar com a formulação e resolução de problemas complexos em face da realidade. Em função de limites tanto 'neurofisiológicos' quanto de linguagem, torna-se por demais onerosa a adaptação às sucessivas eventualidades futuras não previsíveis. Por esta razão, os contratos de longo prazo precisam se antecipar aos referidos limites por meio de um organização interna tal que permita à firma adaptar-se às incertezas, mediante processos administrativos de forma sequencial.

⁷ “As economias de escala não comportam mercados consumidores limitados. Sua existência está diretamente ligada ao consumo de massa, capaz de absorver em todos os níveis a produção em série” (Sandroni, 2001, p. 190).

A economia do comportamento humano pode ser analisada a partir das escritas de Thorstein Veblen, John Commons e Wesley Mitchell, os representantes do “velho” institucionalismo. Então, por uma questão de evolução do pensamento institucionalista, serão apresentadas, brevemente, algumas considerações sobre os institucionalistas conhecidos como “tradicionais” (os velhos); a abordagem da Nova Economia Institucional (NEI) e a corrente Neo-institucionalista.

A análise institucionalista tem origem a partir do entendimento da importância das instituições no ambiente econômico, e que o estudo das relações de troca não poderia ter como principal fundamento a busca pela maximização dos resultados; ainda, que os atores atuam de forma individualista, movidos pela racionalidade ilimitada em busca do equilíbrio, conforme o entendimento da teoria neoclássica. Por institucionalista entende-se uma teoria que está fundamentada nos instintos dos indivíduos⁸. Então, a formação e evolução das instituições são influenciadas pelo comportamento humano em conjunto, como também tal comportamento é influenciado pelas instituições.

Segundo os “velhos”, os atores, em suas relações de troca, preocupam-se com os custos e benefícios sociais e não somente com os resultados que os levam ao equilíbrio nas trocas. Para Veblen, quando os hábitos dos indivíduos se repetem constantemente em uma sociedade tornam instituições; porém, tais hábitos ou costumes podem ter tanto caráter construtivo como destrutivo.

Em outro lugar, Barcellos e Conceição (2010), analisaram que os “velhos” institucionalistas aceitavam que o comportamento humano poderia estar direcionado ao equilíbrio otimizador, conforme previsto na *mainstream economic*, mas nada irá garantir que o resultado será o esperado, pois os indivíduos fazem suas escolhas em um sistema econômico onde os mesmos não possuem todas as informações necessárias, e as escolhas econômicas são influenciadas por outras decisões não-econômicas.

O entendimento de John Commons sobre instituições é muito apreciado por profissionais do Direito e também pela NEI, visto que para esse pensador, instituição está relacionada com mecanismos de ação coletiva no âmbito do controle e da expansão da ação individual. Sobre o caráter mutante e a incerteza presente nas decisões dos indivíduos destaca-se: “para Commons o comportamento humano é mutante e não-previsível no mundo real. O indivíduo é o centro da análise institucionalista. (...) o comportamento humano é influenciado pela dúvida e expectativa” (BARCELLOS e CONCEIÇÃO, 2010, p. 5 e 6).

Instituições, para os teóricos da Nova Economia Institucional (NEI)⁹, significam mecanismos de ação coletiva que têm por objetivo organizar o sistema econômico, as relações de troca, o processo de desenvolvimento; aumentando a eficiência dos resultados nos processos de escolhas. Os hábitos e as leis influenciam no comportamento coletivo dos atores.

Williamson (1993) direciona sua análise do comportamento dos atores para a existência de custos de transação enfrentados por estes no ambiente de mercado. O ambiente institucional, segundo o autor, é quem define as regras do jogo, sendo que os indivíduos detêm os atributos de oportunismo e de racionalidade ilimitada.

Coase (1992), jurista de formação e ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1991, destaca que a importância dada à formação dos preços na análise do mercado teria negligenciado a dinâmica entre a compra dos fatores de produção (terra, tecnologia) e a venda

⁸ Os instintos são formados pelo ambiente cultural como também pelos fatores hereditários. Os instintos formam os hábitos das pessoas e quando estes se tornam enraizados, formam as instituições.

⁹“Essa linha de pensamento (NEI) teve origem por volta dos anos 60, tendo como principais representantes dessa abordagem institucionalista Oliver Williamson, Ronald Coase e Douglass North. Coase seria a base do pensamento da NEI; para este as instituições são as que governam o desempenho de uma economia e é isso que dá importância ao conceito da “nova economia institucional” dentro da economia” (Barcellos e Conceição, 2010, p. 7).

dos bens produzidos por tais fatores. As instituições importam para o processo de desenvolvimento socioeconômico dos países.

O velho institucionalismo foi resgatado nas escritas dos teóricos da chamada corrente de pensamento neo-institucionalista, entre eles: Galbraith, Hodgson, Stanfield, Atking, Dugger e Samuels. Conforme Conceição (2002-A, p. 125), “a abordagem neo-institucionalista resgata a importância de conceitos centrais ao Antigo Institucionalista Norte-americano e se alimenta do crescente vigor teórico da tradição evolucionária”.

Como o foco principal deste artigo é analisar teoricamente as outras racionalidades que motivam o comportamento dos atores do meio rural em suas relações no mercado, interessante o entendimento de Hodgson sobre a relação estrutura e indivíduo; ou seja:

os indivíduos não devem ser explicados pela estrutura, assim como a estrutura não deve ser utilizada unicamente para explicar o indivíduo. Alguns fatores devem ser considerados, tais como: os fatores culturais; a interdisciplinaridade; a não existência de um agente maximizador; cálculos matemáticos e técnicas estatísticas devem ser reconhecidos como ferramentas de análise e não como teoria econômica; a análise não inicia com modelos e sim com fatos e conjunturas; e, ainda, a utilização da história e material empírico comparativo relativo a instituições sócio-econômicas, considerando o caráter multidisciplinar da análise (1998 *apud* Barcellos e Conceição, 2010, p. 14 e 15).

Para que aconteça mudança nas instituições é necessário que os antigos hábitos de pensamento sejam renovados por outros promovidos pelo novo ambiente institucional. O comportamento humano dos atores não tende ao equilíbrio, segundo a teoria institucionalista em suas diversas abordagens; visto que o ambiente é incerto e nada pode garantir que o objetivo inicial de maximização de resultados irá se concretizar. As escolhas das pessoas não são movidas somente por racionalidade plena, mas também por racionalidade limitada, onde a cultura, a vizinhança, a importância com os outros têm lugar.

O próximo item se encarrega de discutir o papel dos atores no processo de desenvolvimento rural, a partir da seguinte pergunta: o caminho ao desenvolvimento rural passa pelas relações de mercado?

2. AGRICULTURA FAMILIAR E MERCADOS: OUTRAS RACIONALIDADES?

Estudar um tema sob a perspectiva institucionalista significa caracterizar o contexto histórico deste, visto que para os institucionalistas a história importa. Então, se o objetivo é compreender o comportamento dos atores no processo de desenvolvimento rural, em particular, nas relações de mercado, sob a ótica institucionalista, ou seja, sob outras racionalidades, torna-se necessário descrever, mesmo que brevemente, a contextualização histórica do debate sobre desenvolvimento rural.

Tendo como pano de fundo a abordagem institucionalista, esta parte tem como objetivo analisar o comportamento dos atores do meio rural e, como ideia força a seguinte pergunta: os atores do meio rural apresentam outras racionalidades que não somente a econômica nas relações de troca?

2.1 O ambiente institucional rural

O principal objetivo do processo de desenvolvimento rural é proporcionar bem-estar às populações que vivem no meio rural; proporcionar a provisão dos bens considerados por estes necessários, reduzir suas incertezas, proporcionar acessos a políticas públicas, elevar o auto-respeito, a participação em processos decisórios; enfim, alargar sua autonomia e liberdade. Tudo isso faz parte de um processo, o que é diferente da noção de crescimento econômico, importante conceito à moderna teoria econômica do *mainstream*.

Crescimento econômico para a escola neoclássica é determinado pela variação do Produto Interno Bruto – PIB (um indicador da produção de bens e serviços num país), ou pela variação do PIB pelo crescimento populacional. Então crescimento é visto como um estoque e não um processo. Segundo o autor, tornar-se impossível conceber um processo de crescimento econômico sem que se compreenda o tipo de mudanças a ele subjacentes¹⁰. Mudança é uma noção por demais discutida na abordagem institucionalista; pois para essa corrente de pensamento, o comportamento dos atores é mutável, não é estático.

Ambiente institucional é composto por um sistema legal, de tradições e costumes, um sistema político, diversas regulamentações, e por políticas macroeconômicas e governamentais. Então o ambiente institucional é composto pelo conjunto do sistema legal, econômico e político.

Na década de 60, Alberto Passos Guimarães escreve *Quatro Séculos de Latifúndio*, onde defende a tese que o sistema feudal de propriedade da terra existiu no Brasil. Nas palavras deste:

No sistema de plantação, como aliás no conjunto de economia pré-capitalista do Brasil-Colônia, o elemento fundamental, a característica dominante à qual estavam subordinadas todas as demais relações econômicas, é a propriedade agrária feudal, sendo a terra o principal e mais importante dos meios de produção (1968, p. 45-46).

Prado Junior (1987) defende que nas origens históricas do Brasil não encontra-se nenhum resquício de latifúndio feudal, por que aqui faltou base do sistema agrário feudal, ou seja, uma economia camponesa¹¹. O autor descreve três casos que poderiam ser confundidos com a presença do sistema feudal no Brasil, são eles: primeiro, a grande propriedade rural se constituiu com base de exploração comercial de grande escala e ocupando, primeiramente, a mão de obra escrava, e depois o imigrante livre; sendo que os primeiros visavam a liberdade, e os segundos melhores salários. Segundo, a reivindicação pela terra pelos posseiros e grileiros¹²; e terceiro, em torno da ocupação da terra pelos agricultores e pecuaristas. Então, conforme Prado Junior (1987, p. 78-79):

A economia agrária brasileira não se constituiu a base da produção individual ou familiar, e da ocupação parcelaria da terra, como na Europa, e sim se estruturou na grande exploração agrária voltada para o mercado. E o que é mais, o mercado externo, o que acentua ainda mais a natureza essencialmente mercantil da economia agrária brasileira, em contraste com as dos países europeus.

Ellis e Biggs (2001) procuram descrever a evolução dos temas que tiveram impactos sobre o desenvolvimento rural de 1950 a 2000, a fim de identificar as áreas críticas de divergências. Na década de 50 predominou o modelo de economia dual, ou seja, de um lado a indústria e a grande agricultura direcionada ao mercado de *commodities* de exportação, e de outro a agricultura de subsistência, os pequenos mercados. Nos anos 60, a mecanização, modernização e racionalismo foram chamados de Revolução Verde¹³, sendo que a pequena agricultura configurou-se como motor do crescimento. Nos anos 70, o Estado toma para si a responsabilidade das inovações no setor rural, e as políticas de crédito são então induzidas pelo Estado¹⁴.

É possível destacar que a década de 80 foi um divisor de águas entre uma maior e menor presença do Estado¹⁵. No Brasil, a década de 80 é marcada pela redemocratização, pela

¹⁰ “Tais mudanças são de natureza tecnológica ou econômica, que repercutem não só nas esferas micro ou macroeconômica, mas também nas esferas sociais, políticas e institucionais” (Conceição, 2002 - B, p. 603).

¹¹ Exploração da terra por pequenos produtores livres que lutavam pela posse da terra.

¹² Posseiros: lavradores sem títulos regulares de propriedade sobre as terras que ocupam.

Grileiros: detentores de títulos forjados.

¹³ Processo conhecido por racionalizar economicamente o setor rural com vista a grande produção e economias de escala, com a adoção de fertilizantes químicos, mecanização, entre outros fatores para elevar a produção.

¹⁴ Era preciso que o rural crescesse economicamente para que o urbano também crescesse.

¹⁵ “Os anos 80 marcaram o esgotamento da estratégia desenvolvimentista de cunho autoritário e excludente que

Constituição Federal de 1988 e por uma inflação galopante; como também pela liberação do mercado ao comércio exterior, incorporação da noção de sustentabilidade e, principalmente, pelos movimentos sociais.

Segundo Schneider (2010), a partir dos anos 90 os debates em torno do amplo tema do desenvolvimento rural ganharam projeção e legitimidade. O autor destaca quatro fatores que foram responsáveis para construção de uma visão sobre o significado do desenvolvimento rural. São eles: primeiro, a importância da agricultura familiar na sociedade brasileira nos aspectos social, econômico e produtivo; segundo, a intervenção do Estado no meio rural, que seja por meio de políticas à agricultura familiar ou por ações referentes à reforma agrária e segurança alimentar; terceiro, mudanças no âmbito político e ideológico, a exemplo da dualidade em torno de algumas políticas destinadas ao agronegócio e outras à agricultura familiar; e, por último, as discussões em torno do tema sustentabilidade ambiental.

Ellis e Biggs (2001) reconhecem que, apesar da elaboração de uma linha do tempo de ideias sobre desenvolvimento rural e constituições de outros mercados, tais transições de uma década a outra não foram tão organizadas assim; ao contrário, foram desiguais em espaço e tempo.

Fiori (1992, p. 89) defende que uma nova estratégia de desenvolvimento brasileiro requer a formação de um arcabouço institucional que combine elementos de força e de imaginação, de conflito e negociação. Para o autor, tal transformação requer “um desenrolar lento e atravessado por enfrentamentos, cujos resultados só serão eficazes na medida em que definam vencedores nítidos”.

Em resumo, o que significa desenvolvimento rural? Qual relação com a estruturação de novos mercados? A resposta abaixo requer que se considere o ambiente institucional.

O desenvolvimento rural significa a **diversificação da produção** que vai ao mercado, o cuidado com a paisagem, o fortalecimento dos laços no mercado de produtos. Significa, também, **novas formas de fazer as coisas** (novas rotinas) que aumente a eficiência produtiva. É um processo que fortalece a região e, portando, é **endógeno**, em que os atores buscam a **autonomia e o controle** dos processos produtivos (grifos nossos)¹⁶.

Diversificação, novidades, autonomia, controle e endogeneidade são características de processos de produção formadores de outros mercados, presentes no desenvolvimento rural. Como já descrito anteriormente, a abordagem institucionalista prevê, entre outros entendimentos, um processo de mudança no ambiente institucional. Para Navarro (2001, p. 99), “o processo de mudanças deverá ser múltiplo, interdependente, cumulativo e diversificado em planos territoriais e sociais variados”; ou seja, “revalorizar o mundo rural como uma das opções da sociedade”.

Em se tratando dos atores no meio rural, o comportamento destes nas relações de troca é reflexo de uma racionalidade econômica e previsível, ou é incerto e visa outras racionalidades nesse ambiente institucional rural?

2.2 O comportamento dos atores do meio rural: outras racionalidades? Outros mercados?

Considerando que todas as transações (econômicas, políticas e sociais) são realizadas por meio dos atores que podem atuar tanto individualmente como organizados, conceitos como incerteza e risco fazem parte da definição do comportamento humano sob a ótica

vigia desde os anos 30” (Fiori, 1992, p. 84).

¹⁶ Conceito defendido pelos autores Siman, Conceição e Filippi, em artigo de título A economia institucional: em busca de uma teoria do desenvolvimento rural, publicado na revista **Perspectiva Econômica**. 2, n. 2: 37-55, julho-dezembro/2006. Página da citação: 52.

institucionalista. Então, o funcionamento dos mercados¹⁷ é influenciado pela expectativa, ou melhor, pela forma como os atores estabelece relações, dada sua racionalidade limitada.

Qual o caminho do desenvolvimento rural? Veiga (2001) cita a comparação feita por uma professora da Universidade de Cambridge, Joan Robinson, que comparava desenvolvimento ao elefante, ou seja: “difícil de definir, mas muito fácil de reconhecer”. Para o autor, o livro de Amartya Sen, Nobel de economia de 1998, *Desenvolvimento como liberdade*, traduz a comparação feita por Robinson que desenvolvimento nada mais é do que um processo de expansão de liberdades das pessoas. Ou melhor: desenvolvimento é uma situação onde as pessoas são livres para viverem da forma como consideram melhor para si e para a comunidade que a cerca.

A trajetória dos movimentos sociais no Brasil é um exemplo do quanto o comportamento do ator rural é imprevisível e mutante. Para o Sociólogo Rudá Ricci (2005, p. 1), “estrangeiro em seu próprio país, o mundo rural continua exótico, estranho para grande parte dos brasileiros, incluindo nossos pesquisadores sociais”. O autor destaca o caráter ambíguo dos movimentos sociais nesse início de século em comparação com os movimentos sociais da década de 80, que tinham por intento romper com poderes locais. Para o autor, as ações no campo são marcadas pela ambiguidade.

Uma característica da cultura rural: uma cultura não hegemônica, desprezada (a despeito de sua pujança) pelo centro político e econômico do país, inferiorizada e que resiste a esta condição, mas que se traduz numa forte hierarquia social no seu interior, formalizada em rituais e tradições definidas pela conduta e costume. A resistência e a tradição andam ao lado da transgressão, ressentimento e revolta¹⁸.

O hibridismo das ações sociais no meio rural reflete uma característica do comportamento humano mutável segundo a abordagem institucionalista, foco desse estudo. Como exemplo de mudança no percurso das representações sociais, é interessante a escrita de Ricci (2005, p. 4) sobre a história dos movimentos sociais rurais no Brasil.

A recente história dos movimentos sociais rurais, como se percebe, é tortuosa e errática. Pareciam anunciar novas práticas políticas e sociais nos anos 80, mas rapidamente tomaram novos rumos, se institucionalizaram, alguns de partidarizaram, outros mantiveram o ideário original (mas restrito a pequenos territórios de atuação) ou até mesmo mantiveram ações inovadoras temáticas (como no caso de reassentamentos rurais de populações atingidas pela construção de hidrelétricas). Mas não conseguiram produzir – nem prática, nem teoricamente – um esboço de nova institucionalidade pública ou padrão de formulação ou controle social sobre políticas públicas do setor, como era anunciado em diversos estudos elaborados ao longo dos anos 80 e 90.

Com maior ou menor participação, os atores do meio rural possuem outras racionalidades que são diferentes da esfera econômica, competitiva; valores éticos de convivência e de sustentabilidade são exemplos de outras racionalidades presentes no meio rural, as quais não podem passar despercebidas pelos formuladores e operadores de políticas públicas.

Tal discurso é descrito no artigo *Políticas Públicas e Desenvolvimento Social Rural*, onde Gehlen (2004) defende que políticas públicas eficientes dispensam políticas sociais compensatórias. Este destaca que políticas agrícola convencionais de crédito, por exemplo,¹⁹ têm alcance limitado no sentido de serem dirigidas a segmentos da população que apresentam

¹⁷ Mercados no sentido de visualizar tanto o grande mercado, das *commodities*, como o pequeno mercado, das trocas mais locais.

¹⁸ *Ibid.*, p. 2.

¹⁹ Tipo Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar é um programa do Governo Federal criado em 1995, com o intuito de atender de forma diferenciada os mini e pequenos produtores rurais que desenvolvem suas atividades mediante emprego direto de sua força de trabalho e de sua família.

racionalidade centrada na ótica da competitividade e na profissionalização, não alcançado outras populações rurais, a exemplo dos caboclos, indígenas e negros quilombolas, os quais possuem outras racionalidades que não somente a econômica.

Se o objetivo das políticas públicas é reduzir desigualdades sociais no meio rural, então urge a necessidade de ter outro olhar sobre esse ambiente. Nas palavras de Gehlen (2004, p. 95):

Um novo olhar sobre o rural complexificado resgata o cidadão crescentemente participativo não só nas suas questões (local), mas também nas nacionais e internacionais, e em processo de diferenciação e profissionalização. Dois aspectos emergem desse olhar: as tendências que apontam para transformações profundas do rural; e o dinamismo social expresso nas lutas por interesses específicos e pela construção de referências novas, junto e para a sociedade local, nacional e mesmo global.

Outras racionalidades no meio rural são possíveis de serem verificadas quando analisadas sob a perspectiva da Etnoconservação e do Etnodesenvolvimento. A Etnoconservação baseia-se “na importância das comunidades tradicionais indígenas e não indígenas na conservação das matas e outros ecossistemas presentes nos territórios em que habitam”, conforme Diegues (2001, p. 41), um dos precursores desse novo entendimento sobre conservação. É uma espécie de nova aliança entre o homem e a natureza.

Para os teóricos da Etnoconservação, as populações tradicionais vivem à margem da sociedade capitalista, e possui em comum a organização de seu território de forma comunitária, com relações de parentesco, a constituição de uma identidade própria e diferenciada, e, principalmente, uma relação com a natureza de forma sustentável. Etnodesenvolvimento é o desenvolvimento local. Pode ser o desenvolvimento econômico de um grupo étnico, como também pode ser o desenvolvimento da etnicidade de um grupo social. É desenvolvimento alternativo aos padrões hegemônicos²⁰.

Em época de concentração de mercados, a agricultura familiar se vê refém de grandes oligopólios que somente enxerga a pequena produção como um mecanismo balizador de preços em favor de grandes conglomerados agrícolas.

John Wilkinson (2008) chama a atenção para a necessidade de elaborar uma nova tipologia de mercados direcionados à agricultura familiar. O desafio para formação e evolução de novos mercados direcionados ao setor produtivo rural passa pela “capacidade de transformar processos e produtos locais que criam mercados como extensões e desdobramentos de redes sociais em produtos e processos como capacidade de viajar e de manter as suas características específicas mesmo frente a consumidores desconhecidos” (p. 17).

Novos mercados que tenham força suficiente para se fazer presente junto aos grandes e suas redes de produção e distribuição, deve primar por níveis elevados de qualidade, aumento de escalas de produção, desenvolver iniciativas autônomas e, principalmente, adoção de novos meios de transportar a produção local para mercados maiores, regionais, por exemplo. Segundo Wilkinson (2008, p. 15) a agricultura familiar enfrenta fortes desafios perante a dominação dos grandes mercados, já institucionalizados.

Em primeiro lugar, para que a agricultura familiar mantenha-se nas grandes cadeias de commodities ela precisa alcançar novos níveis de qualidade e novas escalas de produção. Isto exige inovações organizacionais de ação coletiva, além da incorporação de novas tecnologias e práticas agrícolas. Em segundo lugar, os agricultores familiares precisam desenvolver iniciativas autônomas e capacidades

²⁰ O desenvolvimento da etnicidade sem um correspondente avanço no plano econômico só promoveria a existência de grupo étnico marginal e pobre; e um desenvolvimento econômico que destrói as bases da etnicidade de um grupo representaria uma volta à hegemonia da modernização que foi altamente destruidora da diversidade cultural, (Little, 2002, p. 39-40).

próprias que abram alternativas às formas tradicionais de intermediação dos mercados (ou pela agroindústria ou pela figura do atravessador).

Mercados são o resultado de uma construção social e histórica em que os agentes estão interligados por diferentes valores, normas e interesses. O que é possível retirar desta análise sobre mercados e construção da diversidade da agricultura? Que os novos mercados da agricultura familiar precisam ser “institucionalizados” aos moldes do “velho” institucionalismo; ou melhor, precisam ser construídos (processo) e concretizados através dos hábitos e costumes.

CONCLUSÕES

O comportamento dos atores para o velho institucionalismo não tende ao equilíbrio, a um fim, não é inerte, é mutável, sujeito a um conjunto de normas, valores e regras. No entanto, assim como o comportamento humano é influenciado pelas instituições, também influencia e as transforma através da ação coletiva. Para os teóricos da NEI, o comportamento humano, sob o aspecto micro, possui os atributos de oportunismo e de racionalidade limitada, conceito desenvolvido por Simon. As escolhas dos indivíduos não são movidas somente por racionalidade plena, mas também por racionalidade limitada, onde a cultura e a vizinhança são variáveis importantes e têm lugar na análise de qualquer política de desenvolvimento. Pois as relações de troca ocorrem em um ambiente incerto.

Qualquer processo de desenvolvimento rural deve ter por principal objetivo proporcionar bem-estar às populações que vivem no meio rural; ainda, proporcionar a provisão dos bens considerados por estes necessários, reduzir suas incertezas, proporcionar acessos a políticas públicas, elevar o auto-respeito, a participação em processos decisórios, enfim, alargar sua autonomia e liberdade.

Considerando que o objetivo final do desenvolvimento rural é proporcionar bem-estar aos seus atores, qualquer política pública adotada para esse fim deve considerar que atores do meio rural possuem outras racionalidades que são diferentes da esfera econômica, competitiva. Valores éticos de convivência e de sustentabilidade são exemplos de outras racionalidades presentes no meio rural, que não podem passar despercebidas pelos formuladores e operadores de políticas públicas.

Esta breve discussão a respeito do comportamento do ator no meio rural sob a ótica institucionalista teve como objetivo demonstrar que os atores do meio rural, em suas relações de troca, são movidos por outras racionalidades, além da perspectiva econômica; que o indivíduo não é algo estático no processo de escolha econômica, que o indivíduo não atua sob perspectivas dadas, com tendência ao equilíbrio, ao ponto ótimo. O comportamento do ator rural é mutante e influenciável e é movido por diversas racionalidades.

Se instituições são formadas por hábitos e costumes repetidos, o maior desafio à agricultura familiar é “institucionalizar” novos tipos de mercados que lhes proporcione espaço de comercialização de acordo com seu nível de produção.

Em síntese, o pensamento desenvolvido até o momento nos leva a fazer as seguintes considerações: os atores da agricultura familiar no rural contemporâneo são movidos por outras racionalidades; possuem informações limitadas no mercado onde atuam (racionalidade limitada); nas relações de troca predomina a diversidade; ocorre uma disputa desigual entre o grande mercado, cada vez mais concentrado, e o mercado da agricultura familiar. Sob o pano de fundo da abordagem institucionalista, a construção de novos mercados passa pela concessão de autonomia e participação aos atores rurais; pelo direito de respostas públicas quando necessário; por proporcionar voz aos atores do meio rural. Os agricultores familiares são os principais agentes contra o imperialismo do grande mercado.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, Olinda e CONCEIÇÃO, Octávio A. C. O Comportamento Humano no Pensamento Institucionalista – Uma Breve Discussão. Artigo apresentado no **XIII Encontro de Economia da Região Sul – ANPEC SUL 2010**. De 11 a 13 de agosto de 2010 – Porto Alegre/RS.

COASE, Ronald H. The institutional structure of production. **The American Economic Review**, v. 82, n. 4, p. 713-719, Sept. 1992.

CONCEIÇÃO, Octávio A. C. (2002-A) O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. **Revista de Economia Contemporânea**, vol. 6, nº 2, p. 119- 146, jul./dez. 2002.

DIEGUES, Antonio C. **ETNOCONSERVAÇÃO – novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo - 2ª ed. Nupaub – USP, 2001.

ELLIS, F. e BIGGS, S. Evolving Themes in Rural Development 1950s-2000s. **Development Policy Review**, 19(4):437-448, 2001.

FIORI, José Luís. Para repensar o papel do Estado sem ser um neoliberal. *Revista de Economia Política*, vol. 12, nº 1 (45), janeiro-março, 76-89/1992.

GEHLEN, Ivaldo. Políticas Públicas e Desenvolvimento Social Rural. **São Paulo em perspectiva**, 18(2): 95-103, 2004. Disponível no site: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n2/a10v18n2.pdf> Acesso em 03 de abril de 2011.

GEHLEN, Ivaldo e MOCELIN, Daniel G. (org.). **Organização Social e Movimentos Sociais Rurais**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, 96 p.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1968.

HOBBS, Thomas. **LEVIATÃ ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. Título Original: *Leviathan, or Matter, Form and Power of a Commonwealth Ecclesiastical and civil*. Tradução pela editora Martin Claret Ltda. São Paulo, 2006.

HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico**. Tradução de Jose Ricardo Brandão Azevedo. 7ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1981, 541p.

LITTLE, Paul E. **Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global**. *Tellus*, ano 2, n. 3, p. 33-52, out. 2002.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p.83-100, 2001.

PRADO JUNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1987, 7ª edição.

- RICCI, Rudá. A trajetória dos movimentos sociais no campo: história, teoria social e práticas de governos. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 54 – novembro/2005, ISSN 1519.6186, ano V.
- SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 2001, 646p.
- SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, vol. 30, nº 3 (119), julho-setembro, 511-531/2010.
- SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, 409p.
- SIMAN, Renildes F. CONCEIÇÃO, Octávio A. C. e FILLIPI, Eduardo E. A economia institucional: em busca de uma teoria do desenvolvimento rural. **Perspectiva Econômica**. 2, n. 2: 37-55, julho-dezembro/2006.
- TOURAINE, Alain. **Crítica da Modernidade**; tradução Elia Ferreira Edel. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, 431 p.
- VEIGA, José Eli da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 101-119, 2001.
- WILKINSON, John. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.
- WILLIAMSON, Oliver E. Transaction cost economics and organization theory. **Industrial and Corporate Change**, v. 2, n. 2, p. 107-156, 1993.